

UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO JEQUITINHONHA E MUCURI
Especialização *Lato Sensu* em Educação em Direitos Humanos

Amanda Monteiro Diniz Carneiro

**DESIGUALDADES ENTRELACADAS: uma análise crítica de gênero, raça e classe na
educação básica**

Diamantina

2024

Amanda Monteiro Diniz Carneiro

**DESIGUALDADES ENTRELAÇADAS: uma análise crítica de gênero, raça e classe na
educação básica**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como
requisito parcial para a obtenção do título de
Especialista em Educação em Direitos Humanos da
Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e
Mucuri (UFVJM).

Orientador: Matheus Silva Freitas.

Diamantina

2024

Catálogo na fonte - Sisbi/UFVJM

C289 Carneiro, Amanda Monteiro Diniz
2024 DESIGUALDADES ENTRELAÇADAS [manuscrito] : uma análise crítica de gênero, raça e classe na educação básica / Amanda Monteiro Diniz Carneiro. -- Diamantina, 2024.
31 p.

Orientador: Prof. Matheus Silva Freitas.

Monografia (Especialização em Educação em Direitos Humanos)
-- Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri,
Curso de Especialização em Educação em Direitos Humanos,
Diamantina, 2024.

1. Desigualdades entrelaçadas. 2. Gênero. 3. Raça. 4. Classe. 5. Educação básica. I. Freitas, Matheus Silva . II. Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri. III. Título.

AMANDA MONTEIRO DINIZ CARNEIRO

DESIGUALDADES ENTRELAÇADAS:

uma análise crítica de gênero, raça e classe na educação básica

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito parcial para a obtenção do título de Especialista em Educação em Direitos Humanos da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM).

Orientador: Matheus Silva Freitas

Data de aprovação: 05/12/2024

Banca Examinadora

Documento assinado digitalmente
 **MATHEUS SILVA FREITAS**
Data: 08/12/2024 23:16:03-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Matheus Silva Freitas - Orientador
Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM)

Documento assinado digitalmente
 **AMANDA MOURA SOUTO**
Data: 13/12/2024 09:37:54-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Amanda Moura Souto – Examinadora interna
Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM)

Documento assinado digitalmente
 **BEATRIZ GOMES CORNELIO**
Data: 14/12/2024 20:23:13-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Beatriz Gomes Cornélio – Examinadora externa
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ)

Diamantina (MG)

2024

RESUMO

A presente pesquisa tem como objetivo desenvolver uma análise crítica das desigualdades entrelaçadas, que afetam o desempenho escolar dos mais diversos estudantes na educação básica, destacando como as categorias de gênero, raça e classe interagem e se reforçam mutuamente. Nesse sentido, buscamos não apenas identificar os desafios enfrentados por diferentes sujeitos e grupos, mas também construir debates capazes de questionar opressões diversas, naturalizadas socialmente. A partir de uma revisão bibliográfica, o artigo investiga formas invisibilizadas de discriminação e exclusão presentes nas escolas, que corroboram com quadros de desigualdade de aprendizagem e oportunidades. Além disso, discute também políticas públicas educacionais e a necessidade de práticas pedagógicas inclusivas, propondo um modelo de educação que seja, de fato democrático.

Palavras-chave: desigualdades entrelaçadas; gênero; raça; classe; educação básica.

ABSTRACT

This research aims to develop a critical analysis of the intertwined inequalities that affect the academic performance of the most diverse students in basic education, highlighting how the categories of gender, race and class interact and reinforce each other. In this sense, we seek not only to identify the challenges faced by different subjects and groups, but also to build debates capable of questioning various socially naturalized oppressions. Based on a bibliographical review, the article investigates invisible forms of discrimination and exclusion present in schools, which corroborate situations of inequality in learning and opportunities. Furthermore, it also discusses public educational policies and the need for inclusive pedagogical practices, proposing an education model that is truly democratic.

Keywords: intertwined inequalities; gender; race; class; basic education.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	10
2	MULTIPLICIDADE DE OPRESSÕES: INTERSEÇÕES DE GÊNERO, RAÇA E CLASSE	12
3	DESEMPENHO ESCOLAR EM DEBATE: IMPACTOS DAS DESIGUALDADES DE GÊNERO, RAÇA E CLASSE	18
4	SUPERANDO DESIGUALDADES DE GÊNERO, RAÇA E CLASSE	23
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	27
	REFERÊNCIAS.....	29

1 INTRODUÇÃO

Os espaços escolares, assim como outras instituições sociais, reproduzem experiências de desigualdades da nossa sociedade. Por ser a escola um local de encontro de diversos sujeitos com culturas e estilos de vida diferentes, é também um espaço de múltiplas tensões, logo, inúmeros preconceitos e discriminações são externalizados. A recorrência dessas práticas pode ser explicada através de desigualdades de gênero, raça e classe que se estruturaram historicamente. A educação básica, etapa fundamental para a formação dos sujeitos, inclusive no aspecto da promoção da equidade e justiça social, se torna peça fundamental para reflexão dos impactos dessas desigualdades.

Nessa perspectiva, esta pesquisa propõe uma análise crítica das desigualdades entrelaçadas que afetam o desempenho escolar dos mais diversos estudantes, destacando como as categorias sociais de gênero, raça e classe interagem e se reforçam mutuamente. Ao explorar as nuances dessas relações, buscamos não apenas identificar os desafios enfrentados por diferentes sujeitos e grupos, mas também construir debates capazes de questionar opressões diversas, naturalizadas socialmente.

A questão de gênero emerge como uma das mais relevantes no contexto educacional. As desigualdades de gênero se manifestam em diversos aspectos, como a distribuição de responsabilidades familiares, a violência de gênero nos mais diversos espaços sociais e a persistência de estereótipos que afetam a escolha de determinadas carreiras. Essas barreiras impactam a formação de identidades e perpetuam um ciclo de desigualdade que se reflete diretamente nas esferas de poder da nossa sociedade.

A categoria raça é outra dimensão crítica que não pode ser ignorada. Estudantes negros enfrentam desafios diversos, que se interligam com práticas discriminatórias e preconceitos arraigados na sociedade. As políticas educacionais, muitas vezes, falham em reconhecer e valorizar a diversidade cultural e étnica, dando origem a ambientes escolares hierarquizados e extremamente hostis a esses grupos. Este cenário contribui para as altas taxas de evasão escolar e com resultados acadêmicos deficientes, perpetuando a exclusão e a desigualdade.

A classe social, por sua vez, atua como um fator determinante no acesso e na qualidade da educação. Estudantes de famílias de baixa renda muitas vezes se veem limitados a escolas com infraestrutura precária e escassez de recursos. Essa realidade reforça a ideia de que a qualidade da educação é desigual, criando um abismo entre as oportunidades oferecidas

a diferentes classes sociais. Assim, as disparidades de classe se entrelaçam com as questões de gênero e raça, ampliando as desigualdades estruturais já existentes.

Por fim, a intersecção dessas três dimensões — gênero, raça e classe — exige uma abordagem crítica e integrada nas discussões sobre políticas públicas e práticas pedagógicas. Para que a educação básica cumpra seu papel transformador, é necessário reconhecer e combater as desigualdades que se entrelaçam, promovendo um ambiente inclusivo que valorize a diversidade.

Nesse sentido, a pergunta norteadora desta pesquisa é: como as categorias sociais de gênero, raça e classe afetam o desempenho escolar na educação básica? Para responder a questão, foi feita uma revisão bibliográfica e o trabalho foi dividido em três seções: Na primeira, apresentamos um debate sobre as referidas categorias sociais e suas intersecções. Na segunda, problematizamos questões voltadas ao desempenho escolar, fazendo um paralelo com a intersecção de gênero, raça e classe. Na terceira e última seção, apontamos alternativas para a construção de uma educação que possa transformar, incluir e que reconheça o potencial de cada sujeito, independentemente de seu gênero, raça ou classe social.

2 MULTIPLICIDADE DE OPRESSÕES: INTERSEÇÕES DE GÊNERO, RAÇA E CLASSE

Ao considerarmos as categorias gênero, raça e classe como ferramentas de análise metodológica, podemos visualizar interações humanas independentemente de construções estabelecidas e “naturalizadas” socialmente. Nesse sentido, o estudo dessas categorias nos permite compreender desigualdades e dinâmicas de poder que permeiam os mais distintos contextos históricos. Apesar da promoção de ideais de igualdade de oportunidades por parte de muitas das sociedades capitalistas atuais, na prática, fatores estruturais como o acesso desigual à educação de qualidade e discriminações diversas ligadas à classe social, raça e gênero são evidenciados.

Joan Scott salienta que o gênero:

[...] é utilizado para designar as relações sociais entre os sexos. Seu uso rejeita explicitamente explicações biológicas, como aquelas que encontram um denominador comum, para diversas formas de subordinação feminina, nos fatos de que as mulheres têm a capacidade para dar à luz e de que os homens têm uma força muscular superior. Em vez disso, o termo "gênero" torna-se uma forma de indicar "construções culturais" – a criação inteiramente social de ideias sobre os papéis adequados aos homens e às mulheres. Trata-se de uma forma de se referir às origens exclusivamente sociais das identidades subjetivas de homens e de mulheres. "Gênero" é, segundo esta definição, uma categoria social imposta sobre um corpo sexuado. Com a proliferação dos estudos sobre sexo e sexualidade, "gênero" tornou-se uma palavra particularmente útil, pois oferece um meio de distinguir a prática sexual dos papéis sexuais atribuídos às mulheres e aos homens (Scott, 1995, p. 75).

Do mesmo modo, a categoria raça nos permite reconhecer como diferenças físicas e culturais entre grupos humanos foram socialmente hierarquizadas e utilizadas para justificar discriminação, segregação e marginalização. Para Gomes (2023), “raça é uma categoria útil de análise histórica, sociológica, antropológica, política, econômica e educacional sobre as relações raciais e o racismo brasileiro”. A utilidade dessa categoria pode ser compreendida no sentido de desconstruir práticas, normas e ideologias que estabelecem hierarquias com base em características físicas e fenotípicas.

Mulheres negras, por exemplo, enfrentam uma opressão que é simultaneamente de gênero e de raça, sendo duplamente marginalizadas: em relação a homens brancos e a mulheres brancas. Nessa lógica, podemos compreender formas complexas de opressão vividas por sujeitos que ocupam múltiplas posições de subordinação.

Sobre o conceito de raça, Munanga, afirma:

Alguns biólogos anti-racistas chegaram até sugerir que o conceito de raça fosse banido dos dicionários e dos textos científicos. No entanto, o conceito persiste tanto no uso popular como em trabalhos e estudos produzidos na área das ciências sociais. Estes, embora concordem com as conclusões da atual Biologia Humana sobre a inexistência científica da raça e a inoperacionalidade do próprio conceito, justificam o uso do conceito como realidade social e política, considerando a raça como uma construção sociológica e uma categoria social de dominação e de exclusão (Munanga, 2003, p. 6).

Já a categoria classe pode ser pensada sob perspectivas distintas. Podemos considerar, por um lado, o viés econômico, ligado ao acesso a recursos e ao poder, e, por outro, aspectos relacionados ao *status* social. Na definição de Karl Marx, as classes sociais são as posições que os sujeitos ocupam na esfera produtiva. Portanto, é a posse ou a ausência do capital que definirá o pertencimento a uma das classes fundamentais: burgueses ou proletários (Aguilar, 2007).

Levando em consideração a discussão das diferentes esferas da categoria classe, Souza afirma:

Bourdieu constrói uma noção de estratificação social que combina os aspectos econômicos e sócio-culturais e vincula a situação de classe a uma "condução da vida" específica. Esta "condução da vida" representa uma dada atitude em relação ao mundo em todas as dimensões sociais, não se restringindo, portanto, à subesfera econômica. Será esta condução da vida específica, ou seja, a dimensão weberiana do status, que permitirá constituir laços objetivos de solidariedade, por um lado, e de preconceito, por outro. Será também esta condução da vida, ou atitude em relação ao mundo que propiciará a justificação de privilégios ao permitir que estes "apareçam como qualidades inatas dos indivíduos e não como socialmente determinados (Souza, 2005, p. 46).

Assim, as “classes altas” controlam constantemente os espaços de maior poder e dominam esferas da política, garantindo privilégios e a perpetuação nesses espaços. Por outro lado, as “classes baixas” enfrentam obstáculos para garantir acesso a direitos fundamentais, como educação de qualidade, saúde, moradia digna, entre outros.

Nessa conjuntura, o estudo das categorias gênero, raça e classe corrobora com compreensões mais amplas e complexas da nossa realidade social. A interação dessas categorias afeta diretamente experiências individuais e coletivas, influenciam oportunidades diversas e representações culturais. Ao estudá-las, criamos consciência sobre a inclusão, a justiça social e, principalmente, sobre as desigualdades que se fazem presentes em nossa sociedade.

Ao analisar dados sobre a violência contra as mulheres e pessoas negras no Brasil, percebemos o quanto as categorias de gênero, raça e classe estão relacionadas ao processo de desigualdade social.

De acordo com o *Atlas da violência*, entre os anos de 2011 até 2021, 445.527 pessoas negras foram assassinadas, o que representa 77,1% do total dos homicídios do Brasil. Os números mostram ainda, que somente no ano de 2021, 36.922 pessoas negras tiveram suas vidas ceifadas¹. Destas, foram registradas 3.858 mortes de mulheres, sendo 2.601 negras. O número representa 10 mortes por dia e coloca as mulheres como um dos maiores grupos vítimas de violência cotidiana no país. Ainda na edição de 2023, o *Atlas da violência* nos mostra, que enquanto a população em geral apresenta queda nos números de homicídios, as mortes de mulheres cresceram 0,3% de 2020 para 2021 (Escudero, 2023)².

Com base nos dados apresentados acima, podemos perceber como o racismo é um elemento estruturante da desigualdade em nossa sociedade. Além de hierarquizar grupos raciais, viabiliza a discriminação e exclusão social, resultando em números cada vez maiores de violência.

Conforme análise apresentada pelo *Atlas da violência*:

Historicamente, o assassinato de homens e mulheres negras lidera os rankings de homicídios no Brasil. A violência cotidiana que atinge a todos os brasileiros explica apenas uma parte da situação, enquanto o racismo, como elemento estruturante presente em todos os aspectos da sociedade brasileira, agravando no aumento da miséria e do desemprego, impactam o cenário de mortes dessa população (Escudero, 2023).

Do mesmo modo, visualizamos também como a desigualdade de gênero impacta o cenário de violência apresentado. Os números revelam como os ciclos de opressão contra corpos femininos são perpetuados no Brasil. Por intermédio de uma cultura patriarcal, diversas formas de violência são legitimadas, incluindo agressões físicas, psicológicas, sexuais e econômicas. Esse cenário é agravado pela impunidade, que “normaliza” a violência e molda a sociedade, perpetuando a desigualdade de gênero e o silenciamento das mais diversas formas de violência (Biroli; Miguel, 2014).

Em diálogo com Biroli e Miguel (2014), Collins e Bilge nos lembram:

¹ ESCUDERO, Camila (ed.). Violência contra pessoas negras. **Atlas da violência**, Brasília/Rio de Janeiro, dez. 2023. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/arquivos/artigos/3299-dashpessoas-negrasfinalconferido.pdf>. Acesso em: 20 de ago. 2024.

² ESCUDERO, Camila (ed.). Violência contra a mulher. **Atlas da violência**, Brasília/Rio de Janeiro, nov. 2023. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/arquivos/artigos/1504-dashmulherfinalconferido.pdf>. Acesso em: 20/08/2024.

[...] as relações de poder que envolvem raça, classe, gênero, orientação sexual, por exemplo, não são entidades distintas nem mutuamente excludentes. São categorias que se sobrepõem e funcionam de maneira unificada. Apesar de em geral ser invisíveis, as relações interseccionais de poder afetam de forma profunda o convívio social (Collins; Bilge, 2021, p. 16).

Nesse contexto, a violência deve ser pensada de forma interseccional. A condição das mulheres negras em nossa sociedade nos ajuda a compreender esse processo, uma vez que enfrentam sobreposições de violências diversas que as tornam mais vulneráveis. Segundo Scott: “as desigualdades de poder estão organizadas ao longo de, no mínimo, três eixos” (1995, p. 73) – classe, raça e gênero. É sob esse olhar que devemos articular um entendimento holístico das desigualdades. Mas, afinal de contas, como o termo interseccionalidade³ tem sido utilizado na academia?

Para Cinthia Torres Toledo,

O termo interseccionalidade tem sido amplamente utilizado para se referir à articulação entre gênero, raça e classe. Podemos destacar como ponto comum em abordagens interseccionais a noção de que as análises devem buscar compreender os entrelaçamentos entre as relações sociais ou categorias. A partir dessa perspectiva, a compreensão das identidades e desigualdades sociais se daria de forma integrada, tendo em vista que a falta de atenção para as articulações não resultaria em análises simplesmente incompletas, mas também em possíveis distorções (Toledo, 2020, p. 17).

E ainda:

Em comum entre diferentes perspectivas existe também o pressuposto da não primazia de qualquer dos eixos de opressão, sejam elas de raça, classe ou gênero. Há ainda autoras e autores que ao lado da tríade gênero-raça- classe incluem outras categorias como sexualidade, idade/geração e nacionalidade (Toledo, 2020, p. 17).

Em consonância com Toledo (2020), Collins e Bilge (2021), utilizam o termo interseccionalidade para fazer referência à articulação de opressões nas experiências de vida dos indivíduos. Enfatizam que categorias como gênero, raça e classe moldaram não apenas as experiências de mulheres negras, mas de todos os grupos, criando uma estruturação social.

³O conceito de interseccionalidade foi criado no contexto de lutas sociais de mulheres negras. Nesse sentido, é fundamental compreender que interseccionalidade é uma problematização dos movimentos sociais em relação a um feminismo com pretensões universalistas e elitistas. Segundo Kyrillos (2020), esta percepção existia no interior dos movimentos sociais muito antes da apropriação do conceito pela academia.

No entanto, a articulação dessas opressões não se apresenta de forma explícita; muito pelo contrário, são constantemente “naturalizadas”, tratadas como algo “predeterminado” e “universal”.

Sobre o assunto, Kimberlé Crenshaw afirma:

A discriminação interseccional é particularmente difícil de ser identificada em contextos onde forças econômicas, culturais e sociais silenciosamente moldam o pano de fundo, de forma a colocar as mulheres em uma posição onde acabam sendo afetadas por outros sistemas de subordinação. Por ser tão comum, a ponto de parecer um fato da vida, natural ou pelo menos imutável, esse pano de fundo (estrutural) é, muitas vezes, invisível. O efeito disso é que somente o aspecto mais imediato da discriminação é percebido, enquanto que a estrutura que coloca as mulheres na posição de receber tal subordinação permanece obscurecida (Crenshaw, 2002, p. 176).

Alguns exemplos dos aspectos imediatos dessa discriminação podem ser observados através dos dados apresentados no início desta seção. Portanto, fatores relacionados às identidades dos indivíduos (como gênero, raça, classe, território, orientação sexual, idade, religião, etc.) devem sempre ser levados em consideração, na medida em que nossa sociedade hierarquiza e reveste de poder grupos e indivíduos em detrimento de outros.

Conforme análise de Crenshaw:

[...] é verdadeiro o fato de que todas as mulheres estão, de algum modo, sujeitas ao peso da discriminação de gênero, também é verdade que outros fatores relacionados a suas identidades sociais, tais como classe, casta, raça, cor, etnia, religião, origem nacional e orientação sexual, são diferenças que fazem diferença na forma como vários grupos de mulheres vivenciam a discriminação. Tais elementos diferenciais podem criar problemas e vulnerabilidades exclusivos de subgrupos específicos de mulheres, ou que afetem desproporcionalmente apenas algumas mulheres (Crenshaw, 2002, p. 173).

Além disso, Crenshaw destaca a importância da intersecção de identidades para pensarmos na utilização das categorias de forma mais ampla, sem pretensões universalizantes.

A garantia de que todas as mulheres sejam beneficiadas pela ampliação da proteção dos direitos humanos baseados no gênero exige que se dê atenção às várias formas pelas quais o gênero intersecta-se com uma gama de outras identidades e ao modo pelo qual essas intersecções contribuem para a vulnerabilidade particular de diferentes grupos de mulheres. Como as experiências específicas de mulheres de grupos étnicos ou raciais definidos são muitas vezes obscurecidas dentro de categorias mais amplas de raça e gênero, a extensão total da sua vulnerabilidade interseccional ainda

permanece desconhecida e precisa, em última análise, ser construída a partir do zero (Crenshaw, 2002, p. 174).

Como explica Crenshaw, a problematização dessas universalizações corrobora com a ampliação dos direitos humanos. Sob a mesma perspectiva, Torres afirma: “É inegável que a partir da noção de interseccionalidade, foi possível colocar em destaque a heterogeneidade interna ao grupo de mulheres (e homens), questionando concepções e práticas pretensamente universalistas.

Em razão disso, é primordial a desconstrução de estruturas de desigualdades baseadas nos marcadores sociais de gênero, raça e classe. Como nos lembra Biroli (2014), é preciso rompermos com o silenciamento das vozes negras, das trabalhadoras ou das lésbicas, que permanecem distantes dos espaços decisórios.

Um pontapé inicial para transformação dessa realidade pode ser pensado através de mudanças nas instituições de ensino, que, por muitas vezes não conseguem romper com estruturas de desigualdade compartilhadas pela sociedade. Ao manter essas estruturas, colaboram com o processo de perpetuação dessas desigualdades, fomentando problemas de desempenho escolar. Para compreender melhor os referidos problemas, na próxima seção, apresentamos uma reflexão considerando os desafios presentes nas relações de gênero, raça e classe no ambiente escolar.

3 DESEMPENHO ESCOLAR EM DEBATE: IMPACTOS DAS DESIGUALDADES DE GÊNERO, RAÇA E CLASSE NA EDUCAÇÃO BÁSICA

A escola, como qualquer outro espaço social, reflete dinâmicas de poder provenientes da sociedade. Fatores sociais e históricos afetam diretamente as oportunidades e o desempenho escolar dos estudantes. Por esta razão, como salienta Gomes (2023), não se pode interpretar diferenças, desigualdades e violência como algo exterior à escola, tendo em vista que se fazem presentes nos tempos e espaços escolares da educação básica e do ensino superior. Segundo Gomes:

[...] é imperativo que a produção teórica educacional se dedique ainda mais à interpretação e análise desses fenômenos por meio de estudos e pesquisas que enfrentem o desafio de interpretar o fenômeno educacional da atualidade e seu impacto sobre a vida dos sujeitos da educação em uma perspectiva crítica e que articule de forma interseccional as questões de classe, raça, gênero e diversidade sexual (Gomes, 2023, p. 6).

No entanto, de acordo com Ernica e Rodrigues, “no Brasil, pouco se incorporou da literatura sobre desigualdades educacionais por gênero e raça. Tampouco a sociologia urbana, que estudou a segregação residencial de grupos raciais se aprofundou no problema das desigualdades educacionais” (2020, p. 3). Esse cenário favorece a consolidação de mecanismos de desigualdade social, uma vez que restringem oportunidades a estudantes de acordo com classificações predeterminadas socialmente. Sobre o assunto, Borges, Brito e Passos afirmam:

A estrutura social que configura o Estado brasileiro no contexto atual engendra um conjunto de arranjos institucionais que restringem a participação (nas esferas de poder) de um determinado grupo social, racial e de gênero, forjando uma conduta marginalizadora frente às populações desfavorecidas nesses nichos. Isso significa o entrelaçamento de situações de opressões (de classe, raça e gênero) a determinados grupos e, em alguns pontos, essas opressões, por vezes, se cruzam. Nessas intersecções, alguns grupos tendem a ser esmagados por uma sociedade excludente, sendo esse o caso de muitas famílias negras periféricas (Borges; Brito; Passos, 2021, p. 6).

Em consonância com Borges, Brito e Passos, Alves, Soares e Xavier ressaltam que as desigualdades são estudadas a partir das relações entre grupos sociais. “Na educação, elas remetem à distância entre grupos quanto ao acesso à escola e ao sucesso escolar (alcance educacional, trajetória regular, aprendizado) e não sobre diferenças entre indivíduos” (Alves; Soares; Xavier, 2016, p. 54). Nesse sentido, pode-se perceber que as problemáticas da educação, relacionadas aos desafios do desempenho escolar, não se restringem apenas ao

interior da escola. Por esta razão, é fundamental a percepção das subjetividades para o rompimento de “classificações sociais universais” em relação a marcadores como gênero, raça e classe. Conforme análise de Alves, Soares e Xavier sobre estudantes do ensino básico:

As diferenças entre grupos definidos pela cor são grandes, mas as de nível socioeconômico são ainda maiores. Porém, uma pessoa não é uma cor, um gênero ou tem uma posição social isoladamente. Ela tem tudo isso ao mesmo tempo. Assim, para um grande número de estudantes as desigualdades reais são enormes (Alves; Soares; Xavier, 2016, p. 73).

Diante disso, estudantes que se apresentam subordinados a múltiplas camadas de opressão, enfrentam enormes conflitos e têm maior dificuldade para acessar e permanecer na escola. Além disso, os “modelos de sucesso acadêmico” estão sempre distantes de suas realidades, reforçando ainda mais os estereótipos da desigualdade educacional.

Logo, de acordo com análise de Ernica e Rodrigues⁴, “[...] os mecanismos geradores das desigualdades educacionais geram desvantagens muito maiores para as pessoas pretas do que para as pardas, mais intensamente ainda para os meninos pretos” (2020, p.11). Além disso, concluíram que “as desvantagens educacionais estão concentradas nos distritos mais periféricos e/ou com maior segregação social de pobreza” (Ernica; Rodrigues, 2020, p. 14). Nessa perspectiva, podemos perceber como os níveis de aprendizagem estão ligados diretamente a dinâmicas sociais.

Com base nas considerações apresentadas acima, pode-se observar que os meninos pretos se apresentam em desvantagem até mesmo em relação às meninas pretas. No entanto, é importante ressaltar que esta constatação não significa, necessariamente, a superação da desigualdade de gênero no âmbito educacional, muito pelo contrário; os dados precisam ser analisados de forma aprofundada em suas complexidades, ultrapassando os muros da escola. Como destaca Alves, Soares e Xavier, “as mulheres têm tido alcance escolar superior aos homens, mas elas tendem a ocupar carreiras de menor prestígio. Geralmente, são carreiras para as quais os conhecimentos de Matemática são menos exigidos” (2016, p. 74).

Na mesma perspectiva, Ferraro afirma:

Seria no mínimo precipitado tomar a vantagem estatística das mulheres em relação aos homens quanto à educação escolar como prova de superação e até de inversão de sinal na desigualdade social que, historicamente, tem

⁴No artigo intitulado *Desigualdades educacionais em metrópoles: território, nível socioeconômico, raça e gênero*, Maurício Ernica e Erica Rodrigues analisam o processo de desigualdade de aprendizagem no município e nos distritos de São Paulo. Problematisam diferentes padrões de aprendizagem entre grupos inseridos na cidade e nos distritos, considerando perspectivas de gênero, raça e nível socioeconômico. Utilizaram dados da Prova Brasil agregando resultados dos anos de 2007 a 2015.

marcado em desfavor das mulheres as relações de gênero. Sucessivos debates com estudantes sobre esse ponto têm sugerido que às mulheres são exigidos níveis de escolarização relativamente mais elevados do que aos homens para o mesmo posto de trabalho, especialmente se a competição envolve também a mesma remuneração (Ferraro, 2010, p. 521).

Além disso, é importante ressaltar, que historicamente, a educação formal foi influenciada por perspectivas patriarcais, que refletiam valorização de normas e experiências masculinas. Essa influência resultou na restrição de muitas mulheres a instituições de ensino e a um “encarceramento” em ambientes domésticos.

No entanto, embora hoje em dia não se possa negar os avanços das mulheres em relação a escolarização, ainda constatamos muitas desigualdades nos ambientes escolares, presentes, por exemplo, na formação dos currículos e nas expectativas de desempenho depositadas entre meninas e meninos.

Para Ferraro, as mulheres se deparam

[...] com três cenários possíveis: a própria escola, o lar e o emprego. Na opinião de Enguita (1996), dentre essas três alternativas, a escola é “a mais igualitária e a que melhores resultados produzirá para sua autoestima”, porquanto “lar significa trabalho doméstico e subordinação, e emprego quer dizer salário baixo, qualificação escassa e discriminação, tanto mais quanto antes se incorpore a eles” (Ferraro, 2010, p. 521).

Já para os homens, esta situação é completamente diferente, normalmente no âmbito familiar, têm uma mulher que assume a gestão doméstica e do cuidado, além de não sofrerem violência de gênero no âmbito profissional. Todos esses pontos contribuem para o sucesso profissional masculino e acesso a posições de maior poder. Sobre o assunto, Biroli afirma:

As barreiras para o exercício do trabalho remunerado fora da esfera doméstica, especialmente para o acesso às posições de maior autoridade, maior prestígio e maiores vencimentos, estão associadas ao tempo que a mulher despende no trabalho, não remunerado, na esfera doméstica. Por outro lado, é esse trabalho feminino que permite que o homem seja liberado para atender as exigências profissionais que lhe permitem maior remuneração e a construção de uma carreira, assim como para usufruir o tempo livre – livre da rotina profissional, mas também das exigências da vida doméstica (Biroli, 2014, p. 35).

Por fim, é importante ressaltar que o direcionamento de meninas e meninos é diferente nos ambientes escolares. Normalmente meninas são incentivadas a seguir carreiras “femininas” e a manterem comportamentos mais discretos. Além dessa perspectiva, meninas em contextos de maior vulnerabilidade são mais afetadas pela violência sexual ou psicológica,

o que afeta diretamente seu desempenho e permanência no ambiente escolar. Embora todo este contexto gere, muitas vezes, consequências negativas para o acesso das mulheres a níveis elevados de ensino, principalmente em algumas áreas como as de exatas, hoje em dia, podemos observar a presença de muitas mulheres nesses espaços. No entanto, é sempre importante termos a consciência dos desafios enfrentados por elas em razão de contrariarem “normas” sociais de gênero.

Os problemas relacionados ao gênero no âmbito educacional se intensificam ainda mais quando associamos outros marcadores sociais de desigualdade, como raça e classe. As mulheres negras e pobres, por exemplo, têm chances menores de seguir carreiras profissionais de maior prestígio. Para Borges, Brito e Passos, “a família negra, historicamente, carrega nos ombros maternos as responsabilidades com a educação dos filhos e estas se mostram solitárias neste processo” (2021, p. 5). Assim, a necessidade de cuidar da família reduz ainda mais as oportunidades dessas mulheres de transformar suas realidades. Nesse sentido, não há dúvida que gênero, raça e classe impactam profundamente o desempenho escolar dos indivíduos.

De acordo com Alves, Soares e Xavier, “para os alunos com nível socioeconômico mais baixo, pretos, meninos (em Leitura) ou meninas (em Matemática), as proficiências mais baixas os colocam em situação muito desvantajosa para seguir sua trajetória escolar” (2016, p. 74). Além disso, a realidade de estudantes com falta de recursos básicos para a sobrevivência como saúde e alimentação por exemplo, impacta diretamente no desempenho escolar. Estudantes nessas condições, muitas vezes, não veem a escola como um espaço de aprendizagem, mas como um suporte para sanar carências.

Ribeiro e Vóvio enfatizam, que para os profissionais da educação a população de estudantes oriundos de famílias pobres e de regiões periféricas,

[...] estaria mais interessada nos benefícios sociais (alimentação, sobretudo) do que na educação escolar. Careceria de higiene, de hábitos sociais e de valores estimados pela escola. A opinião dos professores é a de que, dados o entorno social e a família, dificilmente o trabalho na sala de aula gerará aprendizagem e mudança no comportamento (Ribeiro; Vóvio, 2017, p. 82).

Dessa forma, a condição de pobreza e vulnerabilidade social de muitos estudantes limita o desenvolvimento acadêmico e por consequência as oportunidades de acesso a profissões com melhor remuneração. Como afirma Ferraro (2010, p. 520) “não há dúvida de que o nível de escolarização é um indicador de igualdade/desigualdade social.” Por isso, as discussões sobre as desigualdades sociais são fundamentais para pensar o campo educacional. Enquanto não houver políticas sociais equitativas não haverá acesso à educação de qualidade para todas as pessoas.

Na próxima seção, apontamos alguns fatores causadores de desigualdades educacionais e sugerimos alternativas para construção de uma educação que seja de fato democrática.

4 SUPERANDO DESIGUALDADES DE GÊNERO, RAÇA E CLASSE NA EDUCAÇÃO BÁSICA

A superação das desigualdades de gênero, raça e classe na educação básica não é tarefa fácil, exige o rompimento de barreiras estruturais. Uma peça fundamental para a transformação da realidade de desigualdades é o reconhecimento e valorização das culturas dos mais diferentes grupos sociais que contribuíram e contribuem para a formação do nosso país. A compreensão da nossa história a partir da diversidade étnico-racial, nos permite romper com a universalização do discurso do “homem branco” e, por consequência, com mecanismos de opressão que se consolidaram ao longo do tempo.

Como nos lembra Gomes, “o reconhecimento da diversidade e das diferenças precisa ser compreendido como integrante do direito à educação” (2023, p. 3). Somente com esse reconhecimento, estudantes terão condições de avançar no processo de ensino-aprendizagem, uma vez que serão reconhecidos independentemente de diferenças hierarquizadas socialmente. Uma das ações necessárias para que ocorra esse reconhecimento pode ser pensada através do envolvimento de toda a comunidade escolar em práticas cotidianas de combate às desigualdades. A participação democrática da comunidade nessas práticas assegura que a tomada de decisões leve em consideração as múltiplas vozes que compõem a sociedade. Logo, a escola cria um ambiente justo em que todos os estudantes se sintam acolhidos, se respeitem e, por consequência, tenham liberdade para se expressar independentemente de qualquer marcador social de diferença.

De acordo com Borges, Brito e Passos (2021), questões raciais e socioeconômicas afetam cotidianamente o sentimento de pertencimento dos estudantes, e a escola está carregada de preconceitos que precisam ser superados. No entanto, compreendemos que esta mesma escola pode ser um local de transformação, de representatividade da diversidade étnica, que contribua não apenas para a memorização de “conteúdos” de forma mecânica, mas para a formação de identidades e preparação dos cidadãos para o exercício da cidadania.

Como enfatiza Munanga (2003), a educação básica, os currículos, as concepções pedagógicas e boa parte dos materiais didáticos não conseguiram romper com modelos e discursos de invisibilização dos afro-brasileiros. Nesse sentido, a escola se apresenta como um ambiente hostil para estudantes negros, impactando no desenvolvimento escolar e em suas trajetórias profissionais.

Além disso, como ressaltam Ribeiro e Vóvio, aspectos econômicos e sociais também afetam estudantes.

[...] aspectos que dizem respeito à moradia, às representações sociais, aos contornos de políticas educacionais, à falta de investimento público e de segurança, à fragilidade na formação continuada dos professores e dificuldades relativas ao ensino e à gestão da sala de aula podem, num contexto desfavorável, gerar práticas desvantajosas para as populações mais pobres e distantes do universo escolar, que vivem nos territórios mais vulneráveis (Ribeiro; Vóvio, 2021, p. 85).

Diante disso, pode-se perceber a multiplicidade de fatores que contribuem com o processo de desigualdade educacional e como, na maioria das vezes determinados grupos sociais são vítimas de inúmeros deles. Como destacam Ribeiro e Vóvio, até as instituições e políticas educacionais contribuem com o processo de desigualdade escolar. Para eles:

As normas de alocação dos profissionais no sistema estadual e municipal que fazem com que professores que obtiveram baixa pontuação nos concursos públicos ou que acabaram de ingressar na carreira se dirijam às escolas da periferia, resultado que corrobora Alves *et al.* (2014): maior incidência, nas regiões periféricas, de professores substitutos e temporários, e também rotatividade dos professores nas escolas (Ribeiro; Vóvio, 2021, p. 82).

Como podemos observar, as disparidades educacionais envolvem problemas estruturais que refletem desigualdades sociais históricas. Nesse sentido, para superar este estado de coisas, é fundamental que haja uma luta política contínua por parte da sociedade, para que mudanças não aconteçam apenas nas legislações, mas que sejam efetivamente cumpridas.

Nesse contexto, segundo Gomes (2023), todos os profissionais da educação devem assumir o dever político, pedagógico e ético de combater toda e qualquer forma de discriminação. Em suas reflexões, questiona:

Quanto tempo ainda levaremos para que estudantes e docentes lésbicas, *gays*, bissexuais, travestis, transgêneros e intersexuais sejam reconhecidos/as e respeitados/as na sua diferença? Quando os estudos sobre a diversidade sexual deixarão de ser considerados um nicho epistemológico e serão compreendidos como reflexões e análises importantes para melhor entendermos a complexidade do fenômeno educativo, as práticas pedagógicas, as políticas educacionais, os currículos, a relação entre os direitos humanos, a diversidade e a educação? (Gomes, 2023, p. 3).

Assim, o fenômeno educativo precisa ser compreendido em seu dinamismo, por esta razão é imprescindível que os profissionais da educação obtenham formações coerentes

com as demandas da sociedade, compreendendo de forma crítica, nas palavras de Augusto, “as relações multiétnicas e plurais” (2015, p. 5).

Na mesma perspectiva, Gomes reitera:

Classe, raça, gênero, diversidade sexual, religiosidades, idades, entre outros são constituintes da realidade social e pedagógica na qual toda e qualquer prática educativa é realizada. Educar, como sabemos, é mais do que ensinar e aprender e do que dominar metodologias. Consiste em um campo denso e, para que aconteça de forma emancipatória, precisa realizar-se articuladamente à justiça social. Isso vale tanto para as práticas quanto para as políticas educacionais da educação básica e do ensino superior (Gomes, 2023, p. 3).

Através da argumentação da referida autora, podemos visualizar a educação como estabelecida pela Constituição Federal de 1988, como um direito universal e inalienável, não como um privilégio para poucos. Como sabemos, no Brasil, algumas ações como o Prouni⁵ e a política de cotas para acesso às universidades públicas⁶ possibilitaram uma maior democratização no acesso à educação, no entanto ainda é muito pouco ao considerarmos o abismo de desigualdade existente entre ricos e pobres no país.

François Dubet, ao se referir ao processo de desigualdades educacionais, faz analogia ao salário mínimo, enfatizando a necessidade de uma base de conhecimento comum para todas as pessoas.

Uma das formas de justiça social consiste em garantir um mínimo de recursos e proteção aos mais fracos e desfavorecidos. Desse ponto de vista, um sistema justo garantiria limites mínimos abaixo dos quais ninguém deveria ficar: é o caso do salário mínimo, da assistência médica, dos benefícios elementares que protegem os mais fracos da exclusão total. Na verdade, essas garantias visam a limitar os efeitos dos sistemas meritocráticos cuja mecânica muitas vezes leva à manutenção ou mesmo acentuação das desigualdades. Essa concepção de justiça, [...] considera que a justiça de um sistema escolar pode ser medida pelo modo como trata os mais fracos e não somente pela criação de uma competição pura. Mais exatamente, ela considera que as desigualdades são aceitáveis, ou mesmo

⁵ O Prouni é um programa do Ministério da Educação, criado pelo governo federal em 2004, que oferece bolsas de estudo, integrais e parciais (50%), em instituições particulares de educação superior, em cursos de graduação e sequenciais de formação específica, a estudantes brasileiros sem diploma de nível superior (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Portal Único de Acesso ao Ensino Superior. **Gov.br**. Disponível em: <https://acessounico.mec.gov.br/prouni/duvidas>. Acesso em: 20 de ago. 2024).

⁶ As cotas são ações afirmativas adotadas por diferentes países para reduzir desigualdades sociais, econômicas e educacionais. O sistema de cotas reserva vagas nas universidades públicas para candidatos que cursaram todo o Ensino Médio em escola pública, podendo participar negros/as, indígenas, pessoas com deficiência e estudantes de baixa renda. As cotas nas universidades federais tornaram-se lei desde 2012 (Lei 12.711/12). (UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS. Duvidas Frequentes – Cotas Étnico-raciais. **Ações Afirmativas UFG**. Disponível em: <https://acoesafirmativas.ufg.br/p/27657-duvidas-frequentes-cotas-etnico-raciais>. Acesso em: 20 de ago. 2024).

justas, quando não pioram as condições dos mais fracos (Dubet, 2004, p. 546).

A partir da análise acima, compreendemos que até certo ponto é natural haver diferenças entre estudantes no processo de ensino/aprendizagem, no entanto, o sistema educacional deve garantir que haja equidade nos aspectos sociais de gênero, raça e classe. Essa equidade pode ser garantida através da reformulação de currículos, materiais didáticos e metodologias de ensino, que sejam capazes de atender especificidades regionais e culturais, reconhecendo e valorizando as identidades negra e indígena no currículo escolar. Apesar da criação da Lei 11.645/08, que torna obrigatório o ensino da história e cultura afro-brasileira e indígena na educação básica, pública e privada, ainda não conseguimos romper totalmente com a visão “eurocêntrica universal.” A inclusão de autores e pensadores negros, indígenas e mulheres em todas as áreas do conhecimento, por exemplo, pode ser uma maneira de desconstruir esta visão.

Ademais, a capacitação continuada dos profissionais da educação também é um fator primordial para a superação das desigualdades na educação básica. Por vivenciarem o cotidiano dos estudantes, eles podem não apenas identificar e combater desigualdades, mas criar estratégias para valorização das diferenças, construindo práticas pedagógicas coerentes com a diversidade que é própria do ambiente escolar.

Por fim, é importante ressaltar que apesar da superação das desigualdades na educação básica ser um grande desafio, principalmente por se articular com uma estrutura social assimétrica maior - enraizada ao longo do tempo e espaço -, é no ambiente escolar que podemos combater as desigualdades e construir novas práticas democráticas e equitativas. Nas palavras de Munanga, “[é] através da educação que a herança social de um povo é legada às gerações futuras e inscrita na história” (2012, p. 28). Nesse sentido, podemos compreender o papel crucial da educação para a transformação da realidade social de desigualdades. Portanto, enquanto não tivermos uma educação de qualidade, independentemente de marcadores sociais como gênero, raça e classe, não alcançaremos a igualdade de direitos e oportunidades para todas as pessoas.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise das desigualdades de gênero, raça e classe na educação básica, abordada neste estudo, revela a interdependência dessas dimensões no contexto educacional brasileiro. Através de uma perspectiva crítica, foi possível compreender como essas desigualdades não são fenômenos isolados, como se entrelaçam e se reforçam mutuamente, gerando obstáculos significativos para o acesso e permanência de determinados estudantes nas escolas. A interseção dessas desigualdades cria um cenário desafiador que exige práticas pedagógicas que considerem as especificidades de cada grupo.

A desigualdade de gênero, embora tenha alcançado avanços, fruto do protagonismo de movimentos sociais⁷, ainda permanece de forma acentuada na educação, especialmente em relação a alunas negras e pobres, que enfrentam a discriminação de gênero, a exclusão racial e a escassez de recursos. A luta por uma educação que promova a equidade de gênero deve passar pela desconstrução de estereótipos sexistas e pela valorização da autonomia das mulheres, com estratégias que garantam a permanência e as mesmas oportunidades a todas as pessoas.

No que tange à desigualdade racial, a análise destacou a profunda disparidade no acesso à educação de qualidade entre brancos e negros, com a população negra sendo sistematicamente marginalizada. A implementação de políticas afirmativas, como cotas raciais, foi um avanço, mas ainda é necessário repensar os métodos e o currículo escolar para garantir que uma educação de qualidade seja ofertada a todas as pessoas. A resistência a essas mudanças, muitas vezes alimentada por preconceitos históricos, exige um esforço contínuo e um compromisso de toda a sociedade.

A questão da desigualdade de classe também foi central nesta pesquisa, pois a condição socioeconômica continua a ser um dos principais fatores que limitam o acesso e a permanência de estudantes em escolas públicas de qualidade. A precarização das escolas e a falta de recursos materiais e humanos são agravantes que, em combinação com os fatores de gênero e raça, criam um cenário de exclusão educacional. Nesse sentido, é crucial que o

⁷ Podemos citar como exemplo movimentos de mulheres contra a opressão de gênero presentes na América Latina. Luciana Ballestrin, ao se referir aos *feminismos subalternos*, expõe a problemática de “silenciamento de várias expressões do feminismo.” em benefício de um feminismo elitista universal. Para a autora, o antagonismo entre os feminismos “é acentuado a partir da interiorização de marcadores como classe, etnia e nacionalidade – que andam sob a ótica interseccional ao lado das questões de gênero.

(BALLESTRIN, Luciana. *Feminismos subalternos*. *Estudos Feministas*, Florianópolis, n. 25, v. 3, p. 1035-1054, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/gW3NgWK4bpj9VHJCNTxx96n/>. Acesso em 23 de fev. 2022).

Estado invista na infraestrutura escolar, na formação de professores e no desenvolvimento de políticas que promovam a equidade entre as diferentes classes sociais.

Um ponto fundamental para a superação dessas desigualdades é a transformação das práticas pedagógicas e a revisão do currículo escolar, que historicamente privilegiou uma perspectiva eurocêntrica e excludente. A promoção de uma educação crítica, que reconheça e valorize as distintas identidades culturais, representa um passo significativo para romper estruturas de poder que sustentam opressões nas escolas.

A formação de educadores sensíveis às questões de gênero, raça e classe é outro elemento central para a efetivação de uma educação de qualidade para todas as pessoas. A capacitação docente deve ser um processo contínuo, que não forneça apenas conteúdos, mas que sensibilize educadores sobre a importância de suas atitudes e práticas no enfrentamento das desigualdades. Ademais, a participação ativa da comunidade escolar, especialmente das famílias, é imprescindível para o fortalecimento de um ambiente educacional mais democrático e acolhedor.

Por fim, é importante destacar que a superação das desigualdades entrelaçadas de gênero, raça e classe na educação básica não é um processo simples, exige um esforço coletivo de toda a sociedade. Para que a educação seja realmente transformadora, é preciso que haja mudanças estruturais. A igualdade de oportunidades precisa se tornar uma realidade para todos os estudantes, independentemente de sua origem. A construção de uma educação democrática e equitativa é essencial para a formação de uma sociedade em que todas as pessoas tenham as mesmas oportunidades de participação na política, na economia e na vida social.

REFERÊNCIAS

- AGUIAR, M. M. A construção das hierarquias sociais: classe, raça, gênero e etnicidade. **Cadernos de Pesquisa do CDHIS**, n. 36/37, ano 20, p. 83-88, 2007. Disponível em: <https://files.ufgd.edu.br/arquivos/arquivos/78/NEAB/AGUIAR-%20MARCIO.%20A%20construcao%20das%20hierarquias%20sociais%20classe-%20raca-%20genero%20e%20eticidade.pdf>. Acesso em: 20 de ago. 2024.
- ALVES, M. T. G.; SOARES, J. F.; XAVIER, F. P. Desigualdades educacionais no ensino fundamental de 2005 a 2013: hiato entre grupos sociais. **Revista Brasileira de Sociologia**, Porto Alegre, n.7, v. 4, p. 49-81, jan./jun. 2016. Disponível em: <https://rbs.sbsociologia.com.br/rbs/article/view/181>. Acesso em 23 de fev. 2024.
- AUGUSTO, Aline de Assis. Educação infantil e relações étnico-raciais: a lei no papel, a lei na escola. In: REUNIÃO NACIONAL DA ANPED, 37., 2015, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis: ANPED, 2015. Disponível em: <https://www.anped.org.br/wp-content/uploads/2024/05/poster-gt21-4228.pdf>. Acesso em: 20 de ago. 2024.
- BALLESTRIN, L. Feminismos subalternos. **Estudos Feministas**, Florianópolis, n. 25, v. 3, p. 1035-1054, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/gW3NgWK4bpj9VHJCNTxx96n/>. Acesso em 23 de fev. 2022.
- BIROLI, F.; MIGUEL, L F. **Feminismo e política**: uma introdução. São Paulo: Boitempo, 2014.
- BORGES, J. M.; BRITO, J. E.; PASSOS, D. O. R. Raça, classe e gênero: educação e interseccionalidade pela perspectiva de artigos da ANPED. **Educação em Perspectiva**, Viçosa, v. 12, p. 1-22, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufv.br/educacaoemperspectiva/article/view/11862/7175>. Acesso em 23 de fev. 2022.
- COLLINS, P. H.; BILGE, S. **Interseccionalidade**. São Paulo: Boitempo, 2021.
- CRENSHAW, K. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Estudos Feministas**, Florianópolis, n. 1, v. 10, p. 171-188, 2002. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/mbTpP4SFXPnJZ397j8fSBQQ/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 20 de ago. 2024.
- DUBET, F. O que é uma escola justa? **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 34, n. 123, p. 539-555, set./dez. 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cp/a/jLBWTVHsRGSNm78HxCWdHRQ/?format=pdf>. Acesso em: 20 de ago. 2024.
- ERNICA, M.; RODRIGUES, E. C. Desigualdades educacionais em metrópoles: território, nível socioeconômico, raça e gênero. **Revista de Ciência da Educação**, São Paulo, n. 41, p. 1-19, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/GVtXJSMqhnxstcpMkz69Vqk/>. Acesso em: 20 de ago. 2024.

ESCUADERO, Camila (ed.). Violência contra pessoas negras. **Atlas da violência**, Brasília/Rio de Janeiro, dez. 2023. Disponível em:
<https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/arquivos/artigos/3299-dashpessoas-negrasfinalconferido.pdf>. Acesso em: 20 de ago. 2024.

ESCUADERO, Camila (ed.). Violência contra a mulher. **Atlas da violência**, Brasília/Rio de Janeiro, nov. 2023. Disponível em:
<https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/arquivos/artigos/1504-dashmulherfinalconferido.pdf>. Acesso em: 20/08/2024.

FERRARO, A. R. Escolarização no Brasil: articulando as perspectivas de gênero, raça e classe social. **Revista da Faculdade de Educação da USP**, São Paulo, v. 36, n. 2, p. 505-526, 2010. Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/ep/a/kJNprm7QKSZG5qcKz7xhTPd/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 20/08/2024.

GOMES, N. L. Estudos e pesquisas sobre educação, raça, gênero, e diversidade sexual. **Revista de Ciência da Educação**, São Paulo, v. 44, p. 1-8, 2023. Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/es/a/kWym5qKLCgwjzBGPCBZYsSM/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 20 de ago. 2024.

KYRILLOS, G. M. Uma Análise Crítica sobre os Antecedentes da Interseccionalidade. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 28, n. 1, p. 1-12, 2020. Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/ref/a/zbRMRDkHJtkTsRzPzWTH4Zj/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 20/08/2024.

MIGUEL, Luis Felipe. A identidade e a diferença. In: BIROLI, Flávia; MIGUEL, Luis Felipe. **Feminismo e política: uma introdução**. São Paulo: Boitempo, 2014.

MUNANGA, K. **Negritude: usos e sentidos**. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.

MUNANGA, K. Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia. **Usp Disciplinas**, São Paulo, 2003. Disponível em:
https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4275201/mod_resource/content/1/Uma-abordagem-conceitual-das-noco-es-de-raca-racismo-identidade-e-etnia.pdf. Acesso em: 20 de ago. 2024.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Portal Único de Acesso ao Ensino Superior. **Gov.br**. Disponível em: <https://acessounico.mec.gov.br/prouni/duvidas>. Acesso em: 20 de ago. 2024

RIBEIRO, V. M.; VÓVIO, C. M. Desigualdade escolar e vulnerabilidade social no território. **Educar em Revista**, Curitiba, v. 40, p. 71-87, 2017. Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/er/a/pdCgb87YnG6cj8RQpMjXHkm/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 20 de ago. 2024.

SCOTT, J. W. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99, jul./dez. 1995.

SOUZA, Jesse. Raça ou classe? Sobre a desigualdade brasileira. **Lua Nova**, São Paulo, v. 65, p. 43-69, 2005. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/ln/a/s86jxqzZhKNHy9XXCJJgdVw/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 20 de ago. 2024.

TOLETO, C. T. Entendendo a “interseccionalidade”: abordagens e desafios. *In*: VIANNA, C.; CARVALHO, M. **Gênero e educação**: 20 anos construindo conhecimento. Belo Horizonte: Autêntica, 2020.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS. Duvidas Frequentes – Cotas Étnico-raciais. **Ações Afirmativas UFG**. Disponível em: <https://acoesafirmativas.ufg.br/p/27657-duvidas-frequentes-cotas-etnico-raciais>. Acesso em: 20 de ago. 2024